

AS ONGS CONTRIBUINDO PARA A FORMAÇÃO SÓCIOPOLÍTICA DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DOS RIBEIRINHOS AMAZÔNICOS.

DILMA DE OLIVEIRA LEÃO¹

leao-dilma@ibest.com.br

RESUMO

Neste artigo, apresentamos o tema das relações internacionais e sua influencia na vida social, econômica e política do ser humano e as relações de poder que se dá entre Estado e os organismos internacionais. Abordando, principalmente, as organizações não governamentais, que atuam nas mais diversas localidades do mundo, influenciando e mudando o cenário local, como é o caso das comunidades ribeirinhas do município de Igarapé Mirí, no Estado do Pará - BR, que receberam e recebem de ONGs internacionais contribuição, apoio financeiro e técnico para formação de lideranças comunitárias, ajudando-as a desenvolver mecanismos e iniciativas de autossustentação, superando situações de miséria, opressão, desorganização, desestruturação do poder público, nas principais necessidades básicas de educação, saúde, alimentação, segurança, etc. Transformando uma realidade de miséria e abandono no município, que hoje é considerado “A Capital Mundial do Açaí”.

PALAVRAS-CHAVE:

Relações Internacionais. Organizações Não Governamentais. Formação Sociopolítica. Ribeirinhos da Amazônia.

¹ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT.

ABSTRACT

In this article, we present the subject of international relations and its influence on the social, economic and political life of the human being and the power relations that occurs between the State and international organizations. Addressing mainly non-governmental organizations, which operate in various parts of the world, influencing and changing the local landscape, as is the case of coastal communities of the municipality of Igarapé Mirí, in the State of Pará-BR, which received and receive international NGO contributions, financial and technical support for training of community leaders, helping them to develop self-sustaining mechanisms and initiatives overcoming situations of misery, oppression, clutter, disorganization of the public authorities, in the main basic needs in education, health, food, security, etc. Making a reality of misery and abandonment in the municipality, which today is considered the “World City of Açaí”.

KEYWORDS:

International Relations. Non-Governmental Organizations. Social Political Formation. Amazon Riverside people.

INTRODUÇÃO

A era Industrial está em colapso resultante do esgotamento das reservas naturais, em consequência uma nova fase se inicia embasando-se sobre o conhecimento e as mudanças trazem um conjunto de oportunidades e desafios. Relacionado a essa realidade, o sistema capitalista vigente guia o consumo, a forma de ser e estar e o desenvolvimento econômico de acordo com os interesses dos possuidores desse poder em prejuízo aos atores da vida. Giddens (1991) afirma que o capitalismo é um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes.

É fato e notório que o mundo contemporâneo é fruto da economia capitalista globalizada, existem ganhos com a globalização no que tange essencialmente às ciências, à tecnologia, mas também é palco a fatos consistentes no que se refere às agressões da dignidade do Homem: a fome, as guerras, o preconceito, a destruição do meio ambiente e desestruturando os fundamentos da vida material, as crenças, os princípios morais, religiosos, jurídicos e filosóficos.

Conforme Heerdt (2001) está em curso: um novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar.

O comportamento social não é pontual, ele nasce com o tempo, é imperceptível, mas perceptíveis para quem delas sofre e sente a fome, a desigualdade, obrigando-as a profundas alterações nas formas de agir, pensar e ser. O século

XXI contemporâneo retrocede a era moderna. De acordo com Giddens (1991) refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa, a partir do século XVII, e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.

Os seres humanos sempre sentiram necessidade de se organizar em grupos para satisfazer as suas necessidades sociais, principalmente no que se refere à manutenção da vida e da sobrevivência. Aristóteles, Durkheim e tantos outros pensadores abordam à luz da Filosofia e da Sociologia a interação social entre os indivíduos e a formação de seus grupos, começando pela família, depois pela tribo, e, por último, o Estado. Desse modo, a partir de inter-relações, o ser humano terá condições de satisfazer suas necessidades, tanto materiais quanto espirituais, tendo como finalidade o bem-estar (CARINA 2001, P.183).

O filósofo e sociólogo alemão Tönnies (1995) entende que todas as organizações sociais orientam para duas grandes categorias, a comunidade e a sociedade, e que em ambas existem fatores de união e de separação entre os membros de uma organização social. Para Almeida (1998, P.27), na comunidade são mais fortes os fatores de agregação do que os de divergência, ao passo que na sociedade são mais fortes os fatores de desagregação que aqueles de aproximação do grupo social.

Neste trabalho se fará uma abordagem sobre as Relações Internacionais, O Estado, Organizações Não Governamentais e A Igreja Católica e a sua influência nos movimentos sociais e estruturação econômica e social de comunidades ribeirinhas na Amazônia.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As relações Internacionais estão em permanente desenvolvimento, acompanhando cientificamente fatos e vida internacional, tanto que as relações internacionais não são um privilégio e nem restritos aos Estados, elas ultrapassam essa barreira.

Na era contemporânea não é exagero dizer que tudo é internacional, o Estado deixou de ser a base de unidade mundial, outros atores complementam essa unidade, principalmente o indivíduo comprometido numa ação ou numa situação mundial. Huntzinger (1987, p.11) refere que “as relações internacionais são a ciência

dos fatos sociais internacionalizados”.

As relações internacionais nascem após a primeira guerra mundial, não obstante haja autores como Brian (1998) que contestam esse período como factível. A Primeira Guerra Mundial envolveu o mundo onde fronteiras dissiparam-se, morriam tanto civis como soldados, como se todos eles combatessem. Essa realidade nos é afrontada pelo relato de Lowe, (1995, p.44) Enquanto todas as guerras europeias, entre 1802 e 1913, haviam produzido o total de 4,5 milhões de mortos, a Primeira Guerra Mundial, sozinha, foi responsável por cerca de 10 milhões de homens mortos, a maioria com menos de 40 anos de idade; 10 milhões de refugiados; 5 milhões de viúvas; e 9 milhões de órfãos. Somente na famosa batalha do Somme, franceses, ingleses e alemães perderam juntos, quase um milhão de homens.

Em razão dos fatos proporcionados pela primeira guerra, os mandantes das nações vencedoras criaram em 1919, na Universidade de Gales (Aberyswyth), a Cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional, a primeira cátedra de Relações Internacionais do mundo, a qual foi financiada pelo filantropo David Davies e ocupada por Alfred Zimmern (1879 – 1957) e, mais tarde, em 1936, por Edward Hallett Carr (1892 – 1982). No ano seguinte (1920), cumprindo compromisso assumido pelas duas delegações presentes à Conferência de Paz de Paris de “levar a efeito o estudo sistemático das relações internacionais”, foram criados, na Inglaterra, o Royal Institute of International Affairs e, nos Estados Unidos, o Council of Foreign Relations. (BROWN, 1997. p. 24)

O autor Gonçalves, chama atenção de que:

Antes da guerra, as respostas para os problemas internacionais eram elaboradas segundo a ótica do Direito Internacional, da Diplomacia e da História Diplomática. A Primeira Guerra Mundial, em virtude de sua abrangência, serviu para mostrar que essas abordagens estavam inteiramente superadas, uma vez que já não eram mais capazes de produzir respostas satisfatórias. (2004, p.13).

Os acordos internacionais mais relevantes na tentativa de promoção da paz foram os tratados de Westphalia (1648), tratados de Utrecht (1713), no Congresso de Viena (1815), Liga das Nações (1919) e na Organização das Nações Unidas (1945).

O tema Relações Internacionais (JACKSON E SORENSEN, 2007, p. 20) surgiu no início da Era Moderna (séculos XVI e XVII) na Europa, quando os Estados Soberanos fundamentados em territórios contíguos foram originariamente estabelecidos. Desde o século XVIII, as relações entre tais Estados Independentes são chamados de Relações Internacionais. Portanto:

Relações Internacionais é o estudo das interações entre os vários protagonistas que participam da política internacional, incluindo Estados, Organizações internacionais, organizações não-governamentais, entidades subnacionais como burocracias e governos locais, e indivíduos. (MINGST, 2009, p.2).

O Sistema Internacional esteve sempre estruturado em relações de poder com o Estado protagonizando papel de primordial importância. Os Estados como atores principais do cenário mundial, se relacionam uns com os outros independentemente das diferenças no plano ideológico e de modalidades de regimes políticos, a não ser quando essas são consideradas intransponíveis. Interação entre si cooperando, discordando e, no limite, chegando às vias de fato.

Conforme Jackson e Sorensen (2007, p.23), com o objetivo de aumentar a segurança nacional, muitos Estados optam por formar alianças. Além disso, para garantir que nenhuma grande potência consiga alcançar uma posição hegemônica de dominação total, com base na intimidação, na coerção ou no uso absoluto da força, é necessário construir e manter uma Balança de Poder Militar. A segurança é certamente um dos valores mais fundamentais das Relações Internacionais, e essa abordagem para o estudo da política mundial é típica das teorias Realistas das Relações Internacionais (MORGENTHAU, apud MINGST, 2009), que partem do pressuposto de que as relações dos países podem ser mais bem caracterizadas como um mundo no qual os Estados, que possuem armas, são rivais competidores e, de tempos em tempos, iniciam guerras interestatais.

A segurança do Estado é cada vez mais conceituada como segurança humana, uma vez que guerras civis e operações terroristas afetam do mesmo modo os combatentes e os não combatentes. (MINGST, 2009, p.271-272).

A interdependência econômica, o alto grau de

dependência econômica mútua entre os países, é uma das características do Sistema Estatal Contemporâneo, e que também leva os Estados a optarem por cooperar entre si. A riqueza e o bem-estar são outros valores fundamentais das Relações Internacionais, e fazem parte da abordagem das teorias de Economia Política Internacional segundo Gilpin, apud Jackson e Sorensen (2007), que acreditam que as relações internacionais podem ser mais bem caracterizadas como um mundo fundamentalmente socioeconômico e não simplesmente político militar. Para eles, a interdependência entre a política e a economia merece uma atenção prioritária, porque como escreve o autor:

Por um lado, a política largamente determina a moldura da atividade econômica e orienta-a para as direções que se julga servirem os interesses dos grupos dominantes; o exercício do poder em todas as suas formas é o maior condicionante da natureza de um sistema econômico. Por outro lado, o processo econômico tende para a redistribuição de poder entre os grupos. Isto, por sua vez, leva à modificação do sistema político, fazendo assim nascer uma nova estrutura das relações econômicas. Deste modo, a dinâmica das relações internacionais no mundo moderno é largamente função da recíproca interação entre economia e política. (GILPIN, 1975, p.21, apud MOREIRA, 1997, p.76).

De acordo com Mingst (2009), essa corrente teórica Economia Política Internacional surgiu entre as décadas de 1960 e 1970 e é nada mais que o estudo do inter-relacionamento entre política e economia e entre Estados e mercados. Essa corrente também examina como a política pode ser usada para atingir metas econômicas e como instrumentos econômicos são utilizados para finalidades políticas.

Independentemente da existência de outras forças, os Estados são de direito os principais atores das relações internacionais, embora não impeça que não aja de forma e meios de coexistência com as demais forças em razão que, na nova dimensão contemporânea, o Estado não sobrevive de forma isolada. Na sociedade internacional, as forças políticas têm uma força preponderante (MELLO, 2004, p. 54): há uma constante corrida pelo poder, ou seja, “o poder constitui sempre o objetivo imediato” dos Estados (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

O ESTADO

O conceito “ator internacional” não é privilégio do Estado, aplica-se também à organização de âmbito internacional, às empresas transnacionais e assim como redes, coalizões, grupos e comunidades internacionais, e mesmo excepcionalmente o indivíduo. “Cenário internacional” é entendido como “[...] o local, o espaço geográfico onde se dão as relações internacionais produzidas pela participação dos atores internacionais” ou “[...] o desenho de uma dada situação internacional no espaço e no tempo”. “Papel internacional”, por fim, é a “[...] suposta função que um determinado ator exerce no cenário internacional” (RODRIGUES, 1994, p. 13-14).

Neste contexto poderemos dizer que o “ator” como dimensão subjetiva, funciona similarmente a que o “sujeito de direito” executa no Direito Internacional Público, ressalvando que “ator”, é maior em extensão do que o conceito de “sujeito de direito”. A concepção de sujeito de direito no âmbito mundial “[...] é uma projeção da ideia de sujeito de direito nas esferas de soberania jurídico-política de cada unidade estatal, em um primeiro momento, e posteriormente estendida aos organismos internacionais” (OLSSON, 2003, p. 85).

Os atores internacionais relevantes são os Estados, as Organizações Internacionais Intergovernamentais - OIs, as Organizações Internacionais Não Governamentais - ONGs e as Empresas Transnacionais - ET. (MERLE, 1981, p. 213; OLIVEIRA, 2004, p. 193-277). O conceito “Estado” é deveras complexo e de definição controversa, como afirma Dallari (2001, p. 115), é impossível encontrar um denominador comum que satisfaça todas as correntes doutrinárias. Para Duguit (1989), o Estado é visto como uma força material irresistível, limitada e regulada pelo Direito, já para Heller (2003), o conceito de Estado parte das premissas de unidade e dominação, o que segue nas linhas de Burdeau, para quem o Estado é a institucionalização do poder.

O Estado, como forma de poder centralizado, é uma experiência do mundo moderno. Durante a Idade Média, não se teve uma forma de poder central. No período medieval, o que existiu foi a fragmentação dos poderes, em reinos e feudos. (STRECK; MORAIS, 2000). Algumas formas estatais “pré-modernas” podem ser destacadas do período medieval (DALLARI, 2001, p. 62-68); a) O Estado Antigo (teocrático), onde não se difer-

encia o pensamento político (pólis) como sociedade política de maior expressão, presidido por uma elite (classe política), com imensa participação nas decisões políticas do Estado; b) O Estado romano, onde se apresenta base familiar de organização, sendo a noção de povo restrita a determinada faixa da população; c) O Estado medieval, onde, como afirma Dallari (2001, p. 67), conjugaram-se para a caracterização do Estado medieval o cristianismo, as invasões bárbaras e o feudalismo.

O Estado como forma de poder soberano e institucionalizado, é pós-medieval, vindo a surgir com as relações de produção que foram instituídas a partir do capitalismo emergente, (RODRIGUES; MODELLI, 2006, p 04). Como afirma Rocha (1985, p. 54), o Estado, genericamente, é o componente político de dominação em uma formação social, territorialmente demarcada, caracterizado pelo monopólio da força física institucionalizada.

Em suma, a concepção do Estado moderno tem a capacidade de manter a soberania externamente como internamente. O poder político garante a obediência às leis no seu território e protege as fronteiras, embasado no direito internacional. A maneira como é dimensionada a organização do Estado moderno oferece à sociedade condições para o seu desenvolvimento.

A concepção de Estado contemporâneo inicia-se logo após a Revolução Francesa (1789) e estende-se até nossos dias. Em 1789 a junção ao Estado moderno da concepção de nação. O estado transforma-se em Estado-nação.

As categorias de atores que iniciaram e conduziram os processos de construção do Estado e da nação diferiram de maneira significativa. No que diz respeito à formação dos Estados modernos, a construção de uma burocracia eficiente dependeu dos esforços, sobretudo de advogados, diplomatas e funcionários públicos, enquanto a propagação do projeto, inicialmente imaginário, de uma nação unificada em termos culturais foi obra de escritores, historiadores e jornalistas, precedendo os esforços diplomáticos e militares de estadistas como Cavour e Bismack. Esses dois desenvolvimentos culminaram no Estado-nação europeu do século XIX, o qual, em qualquer caso, fornece o contexto de onde deriva o atual entendimento normativo que o Estado constitucional tem de si próprio (HABERMAS, 1995, p. 90).

Dias (2010 p.62) menciona outros atores

de suma importância nas relações internacionais, “atores que atuam a partir e em função do estado, gozando de autonomia relativa a estes e integradas, como: ONGS, ET, os indivíduos, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações religiosas, a opinião pública e os meios de comunicação”.

As ONGs, por exemplo, exercitam seu poder e sua influência ao oferecerem “informações verdadeiras, experiências, conhecimento técnico e autoridade moral que atraem a atenção e a admiração dos governos e do público” (MINGST, 2009, p. 180).

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS

Os idealistas acreditam que é possível garantir a paz mundial por meio da cooperação e do diálogo entre os diversos atores do sistema internacional. Conforme Viotti; Kauppi (1995), não só os Estados são atores relevantes no cenário internacional, mas todas as organizações envolvidas na política doméstica. Assim, tanto os Estados como as organizações internacionais, as ONGs (Organizações Não-Governamentais) e a sociedade civil podem modificar o sistema internacional e trabalhar juntos para o bem comum. Nessa visão, o mundo é interdependente e o Estado não pode agir unilateralmente (p. 7-8).

Para os realistas, o sistema internacional é anárquico, sem possibilidade de controle ou de qualquer espécie de ordenamento jurídico que possa limitar a ação dos Estados. Para eles, a cooperação e o progresso são inatingíveis, pois frente a interesses contrários, não há possibilidade de haver colaboração, mantendo uma situação de conflito contínuo (MORGHENTAU, 2003. P. 3-28).

Zacher (1995) diz que o pensamento liberal em Relações Internacionais surge no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, fortemente influenciados pela teoria idealista. Os liberais buscam entender as relações entre os Estados, identificando instrumentos necessários para a superação dos conflitos entre as nações. Os termos fundamentais dessa análise podem ser resumidos em democracia, comércio e instituições internacionais.

No final do século passado e na década atual do século XXI, o mundo passa por importantes transformações em todos os setores, sejam eles

políticos econômicos e sociais. Têm experimentado variados mecanismos de reestruturação.

Essas mudanças estão relacionadas à chamada era da mundialização, às disfunções do modelo de desenvolvimento, aos aspectos ecológicos e, principalmente, ao surgimento de novos valores pessoais referentes à qualidade de vida (MARQUARDT; ENGEL, 1993).

Tenório (2005) descreve que desde o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo vem passando por profundas transformações na sua história: a emergência de novos centros de poder econômico e político, o aumento da produtividade industrial e agrícola, a revolução nos processos de comunicação e a crescente urbanização. Esse mesmo desenvolvimento produziu o aumento da pobreza, da violência, da desigualdade, da poluição ambiental e de doenças, além de conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos. Tenório (2005) ressalta, ainda, que para fazer em face de esses problemas que se acirraram as ONGs, que inicialmente tinham caráter assistencialista, já que estavam ligadas principalmente a grupos religiosos, diversificaram-se e começaram a adotar como estratégia a ação localizada e de pequenas proporções.

O Estado sofre pressões difíceis de dimensionar, mas as que mais ressaltam são as que tratam da proteção dos seus cidadãos, minimizarem as desigualdades e evitar o aumento da concentração de renda, para fazer frente a este problema exige do Estado mais eficiência na realização das tarefas públicas.

O objetivo, conforme Beveridge apud Outhwaite; Bottomore, (1996, p. 261-262), era combater os cinco maiores males da sociedade: “a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade”. Dessa forma, a criação do Welfare State levou o Estado a assumir novas formas de gestão em prol da redução das desigualdades sociais e dando origem, futuramente, às organizações do terceiro setor, também denominadas não governamentais.

O terceiro setor é composto de organizações privadas sem fins lucrativos, que atuam nos espaços vazios deixados pelos setores públicos e privados, buscando a promoção do bem-estar social. O terceiro setor não é substituto da função do Estado. É a complementação e auxílio na resolução de problemas sociais.

Cardoso (2000a; 2000b, p. 8) salienta que o “conceito de terceiro setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos

modelos de pensar e agir sobre a realidade social”. Alves (1999, p. 68) descreve o terceiro setor como “o espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista voltadas para a geração de bens de consumo coletivo sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes que sejam gerados nesse processo”.

Neto; Froes (2002) enfatizam a importância do terceiro setor como um setor de atividades relevantes e potencialmente dinâmico e não lucrativo, não governamental, com um papel vital a desempenhar na luta contra a pobreza, desigualdade e exclusão social.

De acordo com o “Manual do Terceiro Setor no Sistema de Contas Nacionais”

(Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts), editado em 2002 pelo Centro de Estudos da Sociedade Civil da Universidade Johns Hopkins, e o Departamento de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), o terceiro setor é formado por organizações que atendam a cinco requisitos abaixo evidenciados.

Organização significa que a entidade tem alguma realidade institucional. Isto é, possui estrutura organizacional; persistência nas metas, estrutura e atividades; limites organizacionais bem definidos; ou um estatuto de criação legal. [...] No entanto, estão especificamente incluídas as organizações informais sem situação legal definida, mas que atendem ao critério de serem organizações com significativo grau de estrutura interna e permanência temporal (HOPKINS, 2002, p. 4).

Sem fins lucrativos, significa que essas organizações não existem primordialmente para gerar lucros, seja direta ou indiretamente, e que não são dirigidas primordialmente por metas e considerações comerciais (Hopkins, 2002, p. 4).

Institucionalmente separada do governo dará significado que a organização não é parte do aparato governamental e não exerce autoridade governamental em seu benefício. A organização pode receber significativo suporte financeiro do governo e pode ter servidores públicos em seu Conselho. Contudo, deve ter autonomia na administração, tanto na sua produção como no uso de fundos que operam e financiam as atividades e, conseqüentemente, não pode ser integrada nas finanças públicas, na prática (HOPKINS, 2002, p. 4).

É autogerida quando a organização é capaz

de controlar suas próprias atividades e não está sob o controle efetivo de qualquer outra entidade. Na verdade, nenhuma organização é totalmente independente. No entanto, para ser considerada autogerida, a organização deve controlar sua administração e operações numa extensão significativa, ter regulamentação interna de governança e desfrutar de significativo grau de autonomia (HOPKINS, 2002, p. 5).

Não é compulsória, porque a filiação e a contribuição de tempo e dinheiro não são requeridas ou obrigatórias por lei nem fazem parte da condição de cidadania (HOPKINS, 2002, p. 5).

Ninguém consegue explicar ao certo o que seria “terceiro setor”, algo nem estatal e nem privado. Estas seriam “entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito a dotação orçamentária”. As ONGs foram criadas por empresas, que passaram a assumir a gestão de bens públicos como hospitais, museus, parques e outros, numa modalidade de privatização branca. O setor público, num Estado de direito democrático, deve ter políticas universais, baseadas em direitos extensivos a toda sociedade, sem discriminação de espécie alguma. Os serviços das ONGs não são universais, mas focados, elas são entidades de direito privado. Quem manda nelas são suas diretorias, seus associados ou seus patrocinadores. Portanto não são instituições públicas e integra o mundo da iniciativa privada, algo mais classificável do que o nebuloso “terceiro setor”.

A IGREJA CATÓLICA

No Brasil, as orientações gerais da Doutrina Social da Igreja, em particular do Concílio Vaticano II, visa essencialmente às condições de vida dos pobres, fortalecendo as ações pastorais na tentativa de diminuir as desigualdades e erradicar a fome e a violência que tanto afligem os Países e o mundo, como mostram os documentos dos encontros da Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM) em Medellín – Colômbia (1968), em Puebla – México (1979), e em Santo Domingo – República Dominicana (1992) e agora recentemente Aparecida (2007).

A conferência de Medellín (1968) expressou o compromisso transformador das estruturas como desenvolvimento e libertação, defendendo a participação popular, as organizações comuni-

tárias e toda solidariedade que procure a justiça

A Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização global, onde toda a população, porém, especialmente as classes populares, tenham, através de estruturas territoriais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade.

O novo jeito de ser da Igreja fez com que surgissem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) com a filosofia de entender a bíblia e solucionar os problemas sociais que vivem os pobres.

Segundo Heerdt, Mauri (2001):

As Comunidades Eclesiais de Base são verdadeiras expressões de organizações autônomas, autogeridas. A ampliação da democratização em todas as esferas das relações sociais, incluindo-se a democracia no trabalho, é uma de suas bandeiras de luta (p.24).

A reunião de grupos católicos difundiu as ideias da Teologia da Libertação, corrente teórica que orientaria e animaria o engajamento político dos católicos. A partir dos anos 70, o movimento versa uma expressão cultural, política e espiritual na Teologia da Libertação.

Os dois principais teólogos brasileiros da libertação são Leonardo Boff e Frei Betto, que resumem a ideia central da Teologia da Libertação em uma só frase: “opção preferencial pelos pobres”.

Para Scherer-Warren (1993), a Teologia da Libertação:

Nasce e se desenvolve enquanto expressão de problemas da realidade social latino-americana, no desejo de transcendê-la através da criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se do encaminhamento de uma nova visão para o papel da Igreja, da prática cristã e do pensar teológico, até então apoiado numa teologia feita a partir da realidade exógena europeia (p.32-33).

Scherer sintetiza as ideias básicas da Teologia da Libertação: parte-se do princípio de que, como a filosofia em geral, a teologia também tem uma dimensão histórica. Valoriza-se o compromisso com a realidade histórica presente em que a Igreja exerce sua missão.

A realidade que assola os países latino-americanos é que a maioria da sua população é sub-

metida a situações de opressão, miséria e não cidadania. A teologia de libertação tem como ponte base a busca de formas no sentido de possibilitar a libertação dessas condições que a população vivencia.

Conforme Sell (2004), a Teologia da Libertação pode ser entendida a partir de dois aspectos ou dimensões: Como movimento intelectual, ela trouxe para a igreja católica uma nova proposta de metodologia teológica. Já como movimento eclesial, ela propõe uma nova forma de organização religiosa centrada na ideia de “comunidade”. E, como movimento político, a teologia da libertação propõe uma atuação explícita e direta da igreja em questões de ordem política e social, tendo como horizonte utópico o socialismo. [...] Como movimento teórico, a teologia da libertação propõe um novo método para fazer teologia. De acordo com seus ideólogos, a teologia devia partir da própria realidade social para então indagar os textos bíblicos e eclesiais sobre que tipo de ação desenvolver na prática. Na linguagem de seus teóricos, portanto, trata-se de uma “teologia da práxis”.

A conferência de Aparecida retoma uma tradição da Igreja ligada à Teologia da Libertação, reafirmando o método ver – julgar – agir; confirmando a opção preferencial pelos pobres voltando a insistir nas ações em favor da promoção humana, da justiça social e da libertação integral como parte fundamental da evangelização.

Boff (1981), um dos fundadores da Teologia da libertação disserta: viver a fé em Jesus Cristo Libertador supõe um compromisso com a libertação histórica dos/as oprimidos/as. A partir de um compromisso real (lugar social) se procura dar relevância a todas as dimensões libertadoras presentes no ministério de Jesus Cristo. Enfatiza-se a prática libertadora do Jesus histórico, pois como Filho encarnado proclamou uma determinada mensagem e se comportou de tal forma que tinha como efeito a produção de uma alvissareira atmosfera de liberdade para todo o povo.

A Igreja Católica foi fundamental na construção de alguns movimentos sociais, (Movimento dos Pequenos Agricultores), entre eles, o da economia popular solidária, cujos princípios são cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica.

Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base de grupos de esquerda, desarticulados

por uma derrota política, surge uma busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”, da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um “novo sindicalismo”, a matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apoia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do “reconhecimento imediato” estabelecido através da religiosidade popular (SADER, 1998, p.144).

Diversos empreendimentos solidários atuais foram formados com o apoio direto ou sob a influência de pastorais (Pastoral Operária, Pastoral da Saúde Pastoral da Juventude) e organismos católicos (Cáritas e Comissão Pastoral da Terra). Especialmente a Cáritas, com os Projetos Alternativos Comunitários, foi indicando caminhos e alternativas que envolviam a participação, a autonomia, a geração de novas relações sociais, a organização política.

A economia solidária, no Brasil, deve-se a junção de dois movimentos específicos. De um lado, o movimento da enorme massa de desempregados. De outro lado, o movimento composto por militantes sociais críticos e engajados na construção de alternativas de organização social. Destacam-se como apoiadores órgãos ligados à Igreja, como a CÁRITAS e a FASE (Federação de órgãos para a Assistência Social e educacional), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as agências formadas pelo movimento sindical urbano, como a Associação nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e participação Acionária (ANTEAG), além de universidades que se integram desde 1995 em uma rede própria denominada Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP).

Na compreensão de Singer (1997), a economia solidária é: todas as formas de organizar a produção, a distribuição e o crédito por princípios solidários. A ideia básica é assegurar a cada um, mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc., através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos.

A Teologia da Libertação foi o movimento que criou uma filosofia que facilitou a emergência dos movimentos sociais, o movimento da economia solidária no Brasil.

Na região Amazônica, principalmente nas regiões ribeirinhas várias comunidades se formaram a partir da eclesialidade, ou seja, Co-

comunidades Eclesiais de Base que surgiram no sentido de suprir necessidades básicas religiosas a princípio de falta de sacerdotes para as celebrações dominicais, porém refletindo a palavra da bíblia e levando essa reflexão à realidade vivida de miséria e abandono do poder público, as comunidades passam a se estruturar em busca de melhorias para sua sobrevivência. As comunidades estruturadas receberam apoio de várias entidades, tanto na questão da formação de lideranças comunitárias, como na organização política em sindicatos, cooperativas e na sustentabilidade de projetos de produção e aproveitamento do solo e meio ambiente.

A exemplo, citamos as Comunidades Eclesiais de Base ribeirinhas do município de Igarapé Mirí - PA, que após sua criação diante de um quadro de miséria e fome, sem condições de sobrevivência, passaram a se organizar politicamente, vencendo eleições no sindicato, que antes estava atrelado ao poder executivo e a empresários, criando cooperativas que possibilitaram um sistema de cultivo, produção e comercialização do açaí, chegando a ser considerado o município, principal produtor mundial, além de no último pleito conquistar o poder executivo elegendo um dos fundadores e idealizadores dessas Comunidades (LEÃO, 2009).

Vários fatores contribuíram ao longo da história para chegar a esses resultados, entre eles, a formação de lideranças comunitárias promovida pelo Instituto Regional de Pastoral (IPAR) na Amazônia, um organismo vinculado ao Regional Norte 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criado há 40 anos diante de uma realidade social Amazônica, de exploração desenfreada da natureza, desmatamento da floresta, expropriação de terra de indígenas e pequenos agricultores, violência, crimes e assassinatos de ambientalistas, religiosos e indígenas em consequência ao plano de integração da Amazônia idealizado pelo governo em benefício aos grandes projetos minerais, agropecuários e madeireiros.

O IPAR surgiu com objetivo de formar agentes de pastoral/ líderes de comunidades conscientes, formadores e multiplicadores de uma análise crítica da realidade. Proporcionando uma formação libertadora, dialógica, com aprofundamento na Sagrada Escritura, Teologia, Moral, História, Ensino Social, Ciências Humanas e Canônicas (IPAR 1996). Formação essa que muito contribuiu para que líderes de

comunidades dessem continuidade aos projetos sociais de estruturação política e econômica de sua localidade, como no caso das comunidades ribeirinhas de Igarapé-Mirí.

Com apoio da CNBB, atendendo aos apelos do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín para um novo modo de ser igreja, o IPAR buscou parcerias internacionais para custear os projetos de formação, parcerias (ONGs), estas que sustentaram e que, ainda hoje, contribuem em vários projetos sociais no Brasil e na América Latina, entre eles: Comissão Episcopal ADVENIAT formado pela Conferência Episcopal da Alemanha, cujo objetivo principal é ajudar a igreja da América Latina.

A entidade completou este ano 50 anos de ajuda concreta (financeira), aos projetos de formação tanto de leigos como de religiosos no Brasil e América Latina; MISEREOR, Organização da Igreja Católica Alemã para a Cooperação e Desenvolvimento comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina; FASTENOPFER organização da igreja católica Suíça, que recolhe donativos no período da quaresma, (período que antecede a Páscoa-festa religiosa da Igreja Católica) para ajudar em projetos sociais de combate à pobreza e democratização de estruturas sociais; SURVIVE-MIVA é uma associação dos leigos católicos do Reino Unido, fundada em Liverpool 1974, com objetivo de subsidiar todos os tipos de transporte a serviço de trabalho pastoral realizado pela Igreja em áreas de grande necessidade na África, Ásia e América Latina.

Outras ONGs SAMAGNA, HAREN ALDE, MANOS UNIDAS, CEI, KIRCHE IN NOT, POPULORUM PROGRESSIO colaboraram e continuam colaborando no sentido de dar apoio técnico e financeiro diretamente nas comunidades para melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos com projetos de renda familiar e aproveitamento de reservas naturais, sem agressão da natureza, com formação agrícola, adquirindo materiais, motor para barcos, máquinas beneficiadoras de produtos, material didático para cursos, melhorando as condições de trabalho e sobrevivência. A maioria dessas ONGs é de origem europeia, ligadas à igreja católica.

CONCLUSÃO

AS ONGs surgiram pela incapacidade do Estado de atender às questões sociais, são

organizações privadas sem fins lucrativos, que atuam no sentido de dar suporte aos setores públicos e privados da sociedade nas suas necessidades básicas, para melhoria da qualidade de vida. Não é uma entidade pública ou privada e também não substitui o Estado, porém, sua ação é como um complemento e auxílio na luta contra a pobreza e a desigualdade social.

As Organizações Não Governamentais existem desde os anos 1950, quando a maioria era ligada a áreas de cooperação internacional e trabalhos religiosos. Nos anos 1970 e 1980, as ONGS, financiadas por entidades internacionais, destacaram-se na luta pelos direitos humanos no Brasil.

Durante quatro décadas, ONGs europeias religiosas foram as principais mantenedoras de projetos na América Latina para a formação de lideranças populares ou comunitárias, contribuindo com apoio financeiramente e técnico ajudando-as a desenvolver mecanismos e iniciativas de autossustentação. No Brasil, um novo quadro social foi conquistado através de pequenas organizações de nível comunitário, incentivado por essas entidades superando situações de miséria, opressão, desorganização, desestruturação, medo, fome e descaso total do poder público nas principais necessidades básicas de educação, saúde, alimentação, segurança, etc. diante dessa realidade, as ONGs desviam o foco de apoio financeiro para os países onde há maior concentração de miséria e fome, países vítimas de guerras ou de grandes catástrofes da natureza.

Aos poucos, se verifica uma diminuição progressiva dos recursos disponíveis, pois seria impensável manter por tempo indefinido uma dependência econômica significativa da Igreja da América Latina, em relação àquela de outros países, de maneira que a sociedade precisa ser chamada à efetiva participação e sustentação da ação transformadora de suas lutas em prol de melhoria da qualidade de vida, não só das pequenas comunidades, mas da coletividade como um todo.

A comunidade ribeirinha do município de Igarapé Mirí - PA, através de sua organização e estruturação, influenciada pelas ONGs internacionais, participou da fundação de projetos, dentre eles o Mutirão, localizado na região ribeirinha que funciona como um centro educacional e de treinamentos para que os pequenos agricultores, além de fornecer formação continuada à

juventude rural em que os associados possam garantir sua sobrevivência, com o plantio e a preparação de mudas de açaí e de forma consorciada com outras espécies como cacau, cupuaçu e andiroba.

Através da estrutura desse projeto “Mutirão” o município se transformou e assim ficou conhecido como a “Capital Mundial do Açaí”, beneficiando diretamente os moradores ribeirinhos e o município como um todo, porém, a realidade dos mais de 60mil habitantes ainda não reflete o sucesso comercial do produto-símbolo do município paraense. Apesar da produção anual da fruta ser mais de nove mil toneladas e as fábricas locais exportarem a polpa para diversos países como Inglaterra, Itália, Canadá, Austrália, Estados Unidos e Japão, a renda média da população é de R\$ 247 mensais.

A infra-estrutura é precária, o asfalto é cheio de buracos, nos quais a chuva empoça e em muitas regiões não há tratamento de água, nem coleta de lixo, pois o mesmo fica amontoado nas esquinas, sob o calor e a alta umidade do ar. Além do escasso apoio financeiro, desde 2007, os produtores associados lutam para manter o selo de certificação orgânica pela qualidade do produto conquistado em 2004. A comercialização da safra é um ponto crítico do processo, pois para comprar a produção, muitas empresas fazem uma série de exigências, como a existência de laboratórios para análises químicas.

Além disso, o baixo preço pago aos produtores pelo açaí na safra também motiva reclamações. A proposta apresentada pelo projeto Mutirão é comercializar coletivamente o açaí, evitando a ação dos atravessadores, no entanto, muitos empresários preferem adquirir a fruta diretamente de um único vendedor, e quando a negociação é individual, o lucro fica para terceiros e não para a comunidade impedindo uma ação coletiva em benefício de um todo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E., PINTO A. de. MERCOSUL & União Européia: estrutura jurídico-institucional. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1998, p. 27.

ALVES, M.A. ABC da terceira via. In: WOOD JR., T. Alternativas. Seção: Carreira e Trabalho. Carta Capital, maio, 1999, p. 68.

- BOFF, L.. Igreja, carisma e Poder. Petrópolis, Vozes. 1981, p. 15.
- BRIAN C. S. The Political Discourse of Anarchy: A Disciplinary History of International Relations. Albany: State University of New York Press, 1998.
- BROWN, C. Understanding International Relations. London: MacMillan Press, 1997. p. 24.
- CARDOSO, R. Cidadania empresarial: o desafio da responsabilidade. Update Br/Eua, Amcham, n. 363, p. 115-120, ago, 2000.
- CARINA, E; BEATRIZ, M; ROSANA, T. Integración y globalización: realidad humana. In: PIMENTEL, L. O. (org). Direito da integração e relações internacionais: ALCA, MERCOSUL e UE. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001, p.183.
- DALLARI, D. de A. Elementos de teoria do Estado. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- DIAS, R. Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global - 2010 Editora Atlas.
- DUGUIT, L. Fundamentos do Direito. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade (Trad. Raul Fiker) São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GONÇALVES, W. S. Relações Internacionais. Edição: 3ª, Editora Zahar. 2004.
- HABERMAS, J. O Estado-nação Europeu frente aos desafios da globalização. O passado e o futuro da soberania e da cidadania. São Paulo, Novos Estudos Cebrap, n. 43, nov. 1995.
- HEERDT, M. L. Autogestão: a radicalização da gestão participativa - buscando compreender as experiências de Economia Popular Solidária e os Mini Projetos Alternativos no estado de Santa Catarina. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2001, p. 24.
- HELLER, P. O perfil político e institucional da democracia participativa: lições de Kerala, Índia. In: Santos, Boaventura de Sousa (Org.), Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa. 2003, Porto: Afrontamento.
- HOPKINS, J. The Johns Hopkins University. Handbook on Nonprofit Institutions in the System National Accounts. 2002. (Versão eletrônica). Disponível em <http://www.jhu.edu/~gnisp/handbookdraft.html>. Acesso em: 07/11/2011.
- HUNTZINGER, J., Introduction aux relations Internationales, Paris, Ed. du Seuil, 1987.
- IPAR, 25 anos de Atuação na Amazônia, 1971 – 1996. Belém – PA. 1996.
- JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais: Teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- LEÃO, D. O., Perfil de Crescimento, Estado Nutricional e Avaliação Motora dos Escolares da Região Ribeirinha do Município de Igarapé Mirí - PA. Dissertação de Mestrado, Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro - RJ. 2009.
- LOWE, N. Guía Ilustrada de La Historia Moderna. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p.44.
- MARQUARDT, M.J.; ENGEL, D.W. Global human resource development. New Jersey: Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1993.
- MELLO, C. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2004.
- MERLE, M. Sociologia das relações internacionais. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: UnB, 1981. 384 p.
- MINGST, K. A. Princípios de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- MINGST, K.; Principios de Relações Internacionais, 4ª edição, editora- campus.2009.
- MOREIRA, A. Teoria das relações internacionais. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 1997
- MORGENTHAU, H. Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Ed UNB, 2003.
- MORGHENTAU, H. "Uma Teoria Realista da Política Internacional". In. A Política Entre

Nações. Brasília: UNB/ IPRI, 2003. P. 3-28.

OLIVEIRA, O. M. de. Relações internacionais: estudos de introdução. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. 297 p.

OLSSON, G. Relações internacionais e seus atores na era da globalização. Curitiba: Juruá, 2003. 202 p.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ROCHA, L. S. A problemática jurídica: uma introdução transdisciplinar. Porto Alegre: Fabris, 1985.

RODRIGUES, G. M. A. O que são relações internacionais? São Paulo: Brasiliense, 1994. 117 p.

RODRIGUES, S. T., MODELLI, Karina Richter. Estado Moderno, Direitos Humanos e Neoliberalismo. Tangará da Serra: Editora Sanchez, 2006.

SADER, E. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz, 1998, p. 144.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993, p. 32-33.

SELL, C. E. A virada mística: subsídios para uma análise sociológica do discurso místico da teologia da libertação. Tese (Doutorado em Sociologia), Florianópolis, 2004, p. 101.

SINGER, P. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: Revista Proposta. No 72, mar./mai. 1997, p. 10.

STRECK, L. L. BOLZAN M., José Luis. Ciência política e teoria geral do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

TENÓRIO, F.G. (org.). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

TÖNNIES, F. Comunidade e Sociedade. In: Para Ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

VIOTTI, P. R. & KAUPPI, M. V. International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism. Macmillan Publishing Company New York., 1995.

ZACHER, M. W. & MATTHEW, R A. "Liberal International Theory: Common Threads, Divergent Strands". In: KEGLEY, Charles W. (Ed). Controversies in International Relations Theory: Realism and the Neoliberal Challenge. New York: St. Martin's press, 1995.